

JOSÉ MARIA CASTRO CALDAS ECONOMISTA

‘Temos de negociar com os credores e tornar a dívida sustentável’

Frederico Pinheiro
frederico.pinheiro@sol.pt

Investigador do Centro de Estudos Sociais considera que política actual não está a funcionar e que o peso dos juros da dívida põe em causa a «sustentabilidade da sociedade».

A derrapagem orçamental é inevitável este ano?

Tudo aponta nesse sentido. Nada disto é surpresa e tem um significado muito importante: a estratégia inscrita no memorando está errada desde o princípio e não produz os resultados que procurava. E dá origem a uma situação de pré-ruptura social.

Mas é importante Portugal atingir o défice orçamental de 4,5% este ano e de 3% em 2013?

São metas inatingíveis. No exercício orçamental de 2013 já veremos o peso dos juros a sentirem-se no orçamento. É a espiral de endividamento e pressão sobre o défice sem saída.

O Governo tem procurado mais receitas e novos sítios onde cortar a despesa. O que pode ser feito?

O Governo não pode fazer nada para equilibrar o défice senão agrava o problema. Na famosa quinta revisão do memorando provavelmente será pressionado para o fazer. A dita complacência da *troika* não se irá concretizar. Espera-se o aumento das taxas médias do IVA, o que provavelmente levará a uma contracção da receita fiscal.

E uma nova taxa nos rendimentos?
Defendo antes uma taxa sobre a propriedade, aí poderia haver activos financeiros e imobiliários para repor a justiça fiscal. E me-

didias de combate à fraude fiscal, como seja fechar todas as portas abertas à evasão de capitais para paraísos fiscais.

Diz que o caminho seguido está a falhar. Qual é a alternativa?

Temos de escolher entre a reestruturação da dívida agora, a curto prazo, ou um *default* (incumprimento) a médio prazo. Não é preciso fazer mais experiências para vermos que a via recessiva de ajustamento não produz as consequências previstas e a dívida vai aumentando a um ritmo que a torna insustentável: é o

“

É preciso acabar com esta loucura da austeridade rapidamente

Em Setembro o FMI deverá exigir um novo memorando

”

momento em que o peso dos juros é de tal ordem que toda prestação pública de serviços, nomeadamente a nível da reparação das infra-estruturas, começa a entrar em colapso.

Caminhamos nessa direcção?

A tendência é essa. Têm predominado as obrigações para com os credores, mas isso é insustentável, passa a estar em causa a sustentabilidade de uma sociedade. Em Setembro, o FMI deverá exigir um plano de financiamento anual até Setembro de 2013 e com essa necessidade pode vir a ideia de um segundo memorando. Esse é o momento da clarificação: ou aceitamos e acordamos o prolongamento do estado de excepção durante quatro anos, ou mais, ou então a decisão a ser tomada pode ser a suspensão do serviço da dívida para sobrevivermos enquanto sociedade. Nesse momento temos de negociar com os credores para levar a dívida para níveis sustentáveis. Não podemos iludir as pessoas com uma tolerância ao défice ou mais um ano...

Ou seja, nem mais tempo nem mais dinheiro?

Não. É preciso acabar com esta loucura da austeridade rapidamente. Pôr termo a esta loucura agora. Isto é fácil dizê-lo e é mais difícil fazê-lo, no sentido em que era preciso ter uma maioria política capaz de a concretizar.

Uma solução dessas poderia implicar a saída do euro e a manutenção da austeridade...

Não sei se seria necessário a saída do euro. O problema coloca-se

MIGUEL SILVA



a nível do défice externo. Tal exigirá medidas que podem não passar pela saída do euro, na fronteira do que é admissível na União Europeia. Passam por interrogações de cláusulas da livre concorrência de modo a limitar algumas importações.

Por exemplo?

Impostos especiais que limitem algumas importações, como os combustíveis. E agir da mesma forma sobre as exportações de modo a aliviar alguma carga fiscal e de sectores que substituem importações. Era preciso activar medidas que não são ortodoxas. A saída do euro terá, no entanto, de ser discutida. O problema nestes dias pode ser que, rapidamente, sejamos confrontados com escolha não de ficar ou sair do euro mas sim de o próprio euro ficar em causa.

A alternativa oferecida à população é a mesma: aperto do cinto.

Não existe nenhuma saída fácil para uma crise de grandes proporções do capitalismo. Agora, há uma grande diferença entre pseudo saídas que pretendem manter a hegemonia do sistema financeiro e umas saídas igualmente difíceis, mas que tenham como objectivo preservar o estado social e procurar corrigir as duas principais entorses: a repartição do rendimento e a hegemonia do sistema financeiro.

‘Contas da conjunto

A nível europeu, o economista defende a criação de eurobonds e a compra directa de dívida aos Estados pelo BCE.

Há um debate em torno do crescimento na Europa, mas há falta de liquidez. Como se pode financiar o crescimento?

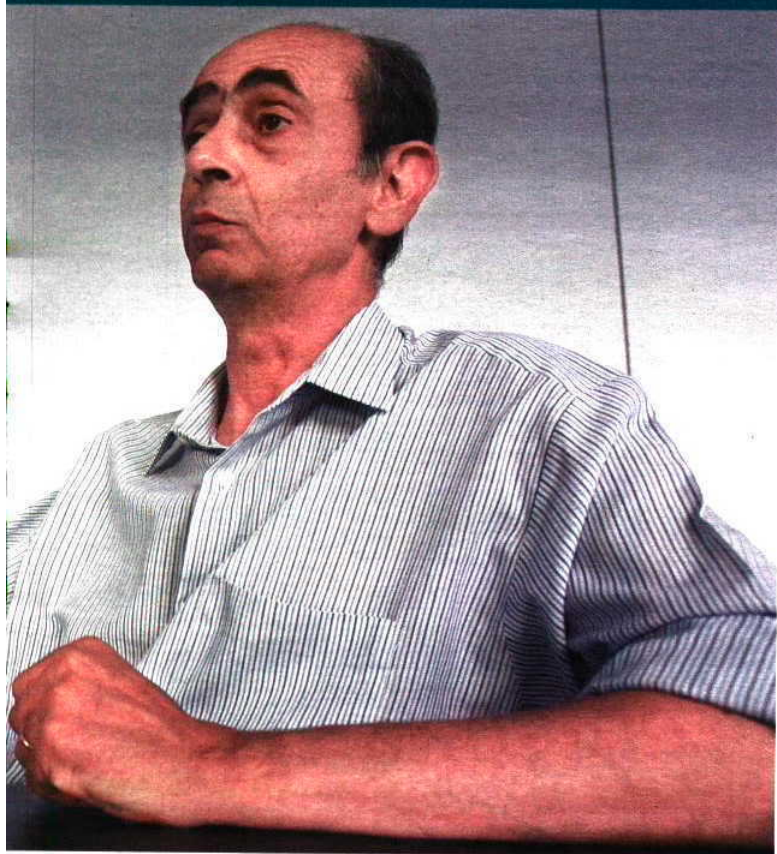
A proposta de emissão de dívida conjunta da União Europeia...

Os eurobonds?

Sim. Uma emissão de eurobonds permitiria mutualizar parte da dívida dos países da Zona Euro e proporcionar meios para financiar o crescimento.

Mas os alemães não querem.

Não querem com o argumento de que isso faria subir as taxas de juro. Mas isso está por demonstrar. Os eurobonds poderiam tornar-se um activo de refúgio. As contas da Zona Euro no seu conjunto são invejáveis, em comparação com os EUA e o Japão. Isso permitiria financiar um programa de crescimento.



Zona Euro no seu são invejáveis'

Podemos confiar que dois gigantes como Itália e Espanha não vão cair?

Não podemos estar nada confiantes, o cenário em Espanha é de perda de controlo da situação. Parece mesmo estar a faltar o apoio italiano e francês na aplicação do que foi decidido no último conselho europeu. Em Itália não estão no mesmo nível de afluência.

Mas já estiveram.

E podem voltar a estar. A liderança na Europa está a perder o controlo dos acontecimentos.

Os eurobonds seriam suficientes para travar a onda que tem vindo a derrubar país atrás de país?

Provavelmente não, haveria que acrescentar a isso uma entidade que intervenha no mercado primário da dívida, que seria o Banco Central Europeu. Tal obrigaria a uma alteração dos estatutos, que pode ser feita, ou fazer intervir no mercado primário o novo fundo que estava para entrar em funcionamento em Julho. Isso estragaria o jogo aos vendedores a descoberto que estão a ganhar fortunas com estes problemas.

Depois, como o orçamento comunitário que temos é muito difícil...

É 1% dos PIB da União Europeia.
É irrisório e teria de crescer...

Nos EUA ronda os 20%.

Tem de crescer ao ponto de fazer a redistribuição, por exemplo, garantindo o acesso à saúde e à educação independentemente do sítio onde se vive. Isso exige uma união não apenas monetária, mas uma união política.

Os super-ricos guardam 17 biliões de euros em paraísos fiscais...

Bastaria que se decidisse que não haveria transferências entre bancos da Zona Euro e paraísos fiscais para que estes entrassem em colapso. Isso seria suficiente para desencadear uma atitude semelhante em outros países, nomeadamente emergentes que têm tanto a perder. Falta é vontade.